



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CULTURA E ESPORTE

RELATÓRIO

Projeto de Lei nº 027/2025

Ementa: Dispõe sobre a criação do Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos – PIRS e dá outras providências.

Autoria: Poder Executivo Municipal

Data: 18 de junho de 2025

I – RELATORA: Maria Cacilda Batista da Silva

PRESIDENTE: Divaldo Moraes Barros

MEMBRO: Josias Batista da Silva Varjão

I – DO OBJETO

O presente relatório tem por finalidade analisar, no âmbito desta Comissão, o Projeto de Lei nº 027/2025, de autoria do Poder Executivo do Município de Trindade-PE, que visa à formalização da adesão municipal ao **Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos (PIRS)**, elaborado pela SEMAS/PE em conjunto com os municípios do Araripe pernambucano.

II – DO MÉRITO

O referido projeto é amparado pela **Lei Federal nº 12.305/2010**, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, exigindo dos entes federativos a elaboração de planos de resíduos sólidos como **condição para acesso a recursos da União ou a incentivos de entidades de fomento**.

O PIRS proposto se destaca por sua abordagem integrada e regionalizada, envolvendo os municípios de Araripina, Bodocó, Exu, Granito, Ipubi, Moreilândia, Ouricuri, Santa Cruz, Santa Filomena e Trindade. O plano abrange diagnóstico, metas, estratégias, investimentos e monitoramento para a melhoria da gestão dos resíduos sólidos.

Dentre os benefícios previstos destacam-se:

- **Encerramento e remediação dos lixões;**
- **Implantação de aterros sanitários consorciados;**
- **Coleta seletiva, logística reversa e inclusão de catadores;**
- **Educação ambiental e comunicação social.**

Com relação ao posicionamento do **Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE)**, a jurisprudência recente destaca a necessidade da regularidade da gestão dos resíduos sólidos sob o ponto de vista orçamentário, ambiental e sanitário, enfatizando a **substituição dos lixões por aterros sanitários licenciados** e a adoção de instrumentos de planejamento, como o PIRS. A ausência desses instrumentos pode ensejar responsabilização dos gestores públicos, conforme dispõe a Resolução TC nº 144/2016.



CÂMARA MUNICIPAL DE TRINDADE - PE

CASA OSMUNDO GRANJA MODESTO
Rua Padre Cícero, 100 - Centro - Trindade - PE CEP 56250-000
CNPJ nº 00.285.654 / 0001-09

Gestão: Força e Superação - Biênio 2025/2026

Gabinete do Vereador Leandro do Nascimento Silva

III – DOS ASPECTOS LEGAIS

- **Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos):** fundamenta a obrigatoriedade do plano.
- **Decreto Federal nº 7.404/2010:** regulamenta os planos de resíduos sólidos.
- **Lei Orgânica do Município de Trindade**, art. 70, II: autoriza a iniciativa da chefe do Poder Executivo.
- **Resolução do CONAMA nº 307/2002:** dispõe sobre a gestão de resíduos da construção civil, contemplados no PIRS.
- **Resolução TC nº 144/2016 – TCE-PE:** estabelece critérios para análise da gestão de resíduos pelos municípios e reforça a exigência de planos como o PIRS.

IV – CONCLUSÃO

Considerando os fundamentos legais, o parecer do TCE-PE, os objetivos da política nacional de resíduos sólidos e os benefícios à saúde pública, meio ambiente e otimização de recursos públicos, esta Comissão:

É FAVORÁVEL À APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 027/2025, conforme redação original apresentada pelo Poder Executivo.

Câmara Municipal de Trindade PE, 18 de junho de 2025.

Maria Cacilda Batista da Silva
Relatora da Comissão

Divaldo Moraes Barros
Presidente da Comissão

Josias Batista da Silva Varjão
Membro da Comissão